

A PRÁTICA DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NUMA UNIDADE DE CONSERVAÇÃO

THE PRACTICAL ONE OF THE SUSTAINABLE DEVELOPMENT IN A UNIT OF CONSERVATION

Deivid Rossotti¹

RESUMO

Este trabalho expressa como promover o Turismo com atenção à comunidade local e sua forma de participação no processo de planejamento turístico. Ao mesmo tempo o artigo recorda os estudos já desenvolvidos que chamaram a atenção da comunidade acadêmica a respeito do tema e da fragilidade em se tratar do ecoturismo como um modelo de turismo sendo praticado somente com a visão do produtor, sem fazer menção aos demais aspectos de sustentabilidade. O objetivo deste é de demonstrar os mecanismos necessários para o planejamento sustentável e as orientações pertinentes ao tema nas últimas décadas. Tem como resultado principal contextualizar na prática a partir de um modelo descritivo do Parque Nacional do Iguaçu, a partir do Programa de Revitalização, sob a exploração do ecoturismo como um aval para as ações empenhadas no local. Mostra também a preocupação já evidente com o tratamento do tema e a necessidade do estabelecimento de uma agenda comum entre os envolvidos no processo de desenvolvimento turístico. Através da pesquisa em fonte secundária, o método adotado neste estudo, fortalece as afirmações com as quais se enfrenta o modelo atual. Os resultados são para reflexão dos interessados e estudiosos sobre o assunto e tem como principal, além de demonstrar que o assunto não é recente, também integrar com documentos atuais.

Palavras-chave: Turismo, Ecoturismo, Planejamento.

ABSTRACT

This work expressed how to promote the Tourism with attention to the local community and their form of participation in the process of tourist planning. At the same time the article remembers the developed studies already developed that drew the attention of the academic community regarding the subject and the fragility in dealing with the ecotourism as a model of tourism being only practiced with the vision

¹ Graduando em Turismo – Unioeste. E-mail: deividwilian@hotmail.com.

of the producer, without making reference to other aspects of sustainability. The purpose of this is to demonstrate the necessary mechanisms for the sustainable planning and relevant guidelines to the subject in recent decades. Has as the main resulted to contextualise in practice from a descriptive model of the Iguazu National Park, from the Program of Revitalization, under the exploration of the ecotourism as an endorsement for the actions pledged in the place. It also shows the evident concern existing with the treatment of the subject and the necessity of the establishment of one set appointments common among those involved in the process of tourist development. Through the research in secondary source, the method adopted in this study, strengthens the claims with which it faces the current model. The results are reflection of stakeholders and experts on the subject and has as principal, beyond demonstrating that the subject is not recent, also to integrate with current documents.

Keywords: Tourism, Ecotourism, Planning.

TURISMO E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL – UMA PAUTA COMUM?

O turismo enquanto fenômeno e atividade, vêm passando por momentos de renovação em suas formas de produção e consumo, impostos pelas mudanças ocorridas no meio ambiente, considerado seu valor enquanto capital ambiental e a necessidade de assegurar os princípios da sustentabilidade. Essa ordem a respeito da necessária troca de posturas e atitudes é um discurso contemporâneo, que necessita de uma pauta comum entre todos os envolvidos com o processo, em que pese temas com fronteiras de interesses e conflitos, a exemplo do desenvolvimento econômico e desenvolvimento sustentável.

O conceito de desenvolvimento sustentável, disseminado a partir de marcos como o evento da Rio 92 e demais fóruns realizados desde então sobre esse tema, traz uma agenda que convoca a participação de todos os setores, não seria diferente ao Turismo. Entretanto, de acordo com pesquisa sobre o tema, foi apenas em 1999 que a Comissão da ONU para Desenvolvimento Sustentável (CSD-7), o órgão que supervisiona a implantação do que foi acordado no Rio, decidiu estabelecer um programa internacional de trabalho sobre turismo sustentável. Como traz o próprio documento, “isso abriu um novo espaço político em nível internacional

e nacional para alinhar o desenvolvimento turístico com os compromissos assumidos no Rio” (2002).

É nesse momento atual, onde houve um período de oito anos entre a orientação e a prática, que se faz uma reflexão, e que se volta toda atenção para compreender os resultados e como estes se aproximam ou não dos termos de sustentabilidade e suas formas de aplicação no Turismo. Alertas sobre responsabilidades e custos no presente e no futuro foram propostos com ênfase em no mínimo duas ocasiões – Cartão vermelho ao Turismo e o Código de Ética Mundial para o Turismo. Ou seja, não há como ignorar sobre os termos de uma pauta comum.

O primeiro documento referencial - o Cartão Vermelho para o Turismo, proposto pelo então conferencista Jost Krippendorf que levanta o questionamento de “um outro turismo é possível”. Tal expediente oferece dez princípios e desafios para um Desenvolvimento Sustentável do Turismo no Século 21, com o alerta que o turismo poderia receber (...) um cartão vermelho: - expulso, de volta aos treinos - uma exigência de que os líderes do turismo aprendessem praticar "jogo limpo" e contribuíssem para o desenvolvimento sustentável, como seria de se esperar dos representantes de uma das indústrias campeãs do mundo!(2002). O documento é ainda mais pretensioso em seus resultados. Aproxima o turismo dos dez dos mais importantes itens na agenda de Johannesburgo, questionando o impacto específico do turismo nessas áreas e faz várias sugestões para um desenvolvimento futuro.

Mais além de servir de subsídio tanto á Convenção quanto ao encontro em Johannesburgo, oferece caminhos para uma reflexão “denunciando” que novas e mais adequadas iniciativas e práticas no turismo permanecem freqüentemente a nível regional e unilaterais e almejam geralmente questões ecológicas restritas tais como conservação da água ou controle do lixo sem que incluam as dimensões sociais de sustentabilidade.

São elementos que servem para construir uma discussão tanto sobre o tipo de planejamento turístico empreendido e a orientação de uma política pública, quanto auxiliar na avaliação de resultados obtidos a todos as interfaces do processo de desenvolvimento. A pergunta a ser respondida dentro desse contexto é nada mais ou menos que “quem tem acesso e controle sobre as reservas, a fim de que se

evite uso excessivo”. A resposta dessa questão pode ser inicialmente elaborada a partir de iniciativas como o Programa de Revitalização do Parque Nacional do Iguaçu, ocorrido em 1997, implementado a partir do ano 2000, que serve de “laboratório” para testar discurso e prática de uma agenda comum, que repete o que já se via em contraste, sendo praticado pelos líderes da “indústria no mundo inteiro”. Ou seja, que os mesmos protagonistas do turismo continuavam e continuam, atrás de uma política de crescimento turístico, o que para o autor do artigo, Krippendorf, já se mostrava insustentável e muito além disso, aponta com série de falhas no processo:

(...) A reorientação da indústria do turismo na direção de um turismo mais responsável ecológica e socialmente e atividades de lazer necessária para o desenvolvimento sustentável, ainda não apareceu. Não será anunciada com o "Ano Internacional do Ecoturismo" proclamado pelas Nações Unidas para 2002. O conceito vagamente definido de "ecoturismo" é promovido com estardalhaço sem que haja oportunidade para comentários ou questionamento crítico dos que são diretamente ou indiretamente afetados.

Abrindo um parênteses sobre essa contribuição e o citado Programa de Revitalização do Parque Nacional do Iguaçu, observa-se a aplicação do conceito de ecoturismo mencionado por Krippendorf. Ou seja, vagamente definido e promovido com estardalhaço.

O Parque Nacional do Iguaçu recebe desde o ano de 1980 visitantes de todas as nacionalidades. Registra e divulga com “orgulho” a cifra total de 21.950.102 milhões de visitantes em quase três décadas de funcionamento na qualidade de “atrativo turístico”. O questionamento é como pode ser considerado ecoturismo nesse volume de visitantes e no meio onde ocorre – numa Unidade de Conservação com seus princípios? Outro ponto em destaque é que mesmo com o reconhecimento ou conhecimento de uma agenda comum ao desenvolvimento sustentável do turismo, o Parque Nacional do Iguaçu somente no período de sete anos após a operacionalização do Programa de Revitalização que inclui a concessão dos espaços públicos à iniciativa privada com as estruturas do Centro de Recepção de Visitantes, Porto Canoas, Cânion Iguaçu, Macuco Safári, já ostenta números que se aproximam de 37% do volume de visitantes que levou vinte anos para alcançar.

Um segundo parênteses se faz necessário. Dentro dos ideais mercadológicos – de lucro, onde existe um barco passando pelo rio, rapel para ser praticado e pessoas vendo o “verde” tudo é permitido no contexto educado de “melhores práticas”. Mas, nas concepções e ideologias de estudiosos, de autores consagrados no assunto, esse tipo vagamente definido de ecoturismo que ocorre no ParNa – Iguaçu é nada mais visto como turismo massivo, economicamente bom para alguns, ecologicamente ruim para todos e, sustentavelmente degradante. Reforça esse entendimento o “boas vindas” a novas experiências, como já anunciava com sabedoria Krippendorf (2002):

Mesmo aqui - embora o avanço seja bem – vindo, as experiências dos que são afetados pelo turismo ganharam o peso que deveriam enquanto especialistas. "Melhores práticas" ou orientações, não importa quão detalhadas possam ser, não podem substituir de forma alguma as políticas amplas, integrativas e multisetoriais de turismo, necessárias para uma nova orientação do turismo na direção do desenvolvimento sustentável. Uma cooperação coerente, responsável e igualitária entre todos os interessados, incluindo comunidades locais, povos indígenas, autoridades políticas, a indústria do turismo, viajantes e a sociedade civil do Norte e do Sul, é mister para moldar as políticas necessárias em todos os níveis.

Voltando ao contexto do chamado “ecoturismo” exercido de maneira unilateral no ParNa-Iguaçu, outras questões ficam pendentes nessa agenda dita comum - chamada pela via da sustentabilidade em todos os seus aspectos. Aqui se faz exemplo da sustentabilidade social, onde a comunidade sequer participou direta ou indiretamente do processo de planejamento turístico, além da falta de demonstração clara sobre os empregos que são gerados e da forma de distribuição dos benefícios gerados a partir dessa iniciativa – visitantes no atrativo turístico revitalizado, com o anúncio de ecoturismo. Para confirmar essa interpretação é importante rever o conceito de sustentabilidade social, estabelecido “como referência o desenvolvimento e como objeto a melhoria da qualidade de vida da população. Em países com desigualdades, implica a adoção de políticas distributivas e/ou re-distributivas e a universalização do atendimento na área social, principalmente na saúde, educação, habitação e seguridade social” (Agenda 21).

Cabe mencionar que a condição básica de haver um desenvolvimento sustentável chama pela necessidade de constituir através de três pilares: bem estar

social, economia e meio ambiente -no turismo, citados em diversos documentos com o apoio da OMT – Organização Mundial do Turismo.

Qual o primeiro passo? Não é necessário ir muito além, a resposta vem do mesmo autor – Krippendorf.

“deveremos primeiramente reconhecer e compreender as contradições das estratégias atuais de turismo. Só então poder-se-á identificar estratégias promissoras e estas devem sempre seguir duas vias paralelas: desenvolvimentos adversos tais como piora das condições de trabalho ou uso excessivo das reservas naturais devem ser combatidas através de medidas concretas tais como cláusulas limitadoras ou tecnologias ecosuficientes; ao mesmo tempo, ações devem ser tomadas contra as causas subjacentes da pobreza e as crises ambientais. Isso significa erradicar as estruturas que causam a pobreza e destroem o meio-ambiente.

Essa visão de medidas a serem adotadas inclui outros estudiosos nessa “roda” de discussão. C. Hall atenta aos modelos convencionais de planejamento turístico em sua obra Planejamento, política, processo e relacionamento, deixa evidente sua preocupação com o tema do desenvolvimento sustentável e contribui com Getz, ao adicionar um importante capítulo sobre “planejamento sustentável no turismo”. Anterior a explorar a visão da autora - Hall, Krippendorf colocava em xeque essa questão:

(...) No presente momento, diretivas ecológicas e sociais disponíveis são freqüentemente consideradas como o único meio eficaz de se lidar com os problemas, mesmo que elas apenas aliviem os sintomas. Mesmo que pareçam desconfortáveis, mais iniciativas por parte dos envolvidos se fazem necessárias, a fim de alcançar a raiz dos desenvolvimentos turísticos danosos.

Tanto Krippendorf quanto Hall tocam nas mesmas questões “iniciativas por parte dos envolvidos se fazem necessárias”, na busca de uma solução na aplicação do conceito do desenvolvimento sustentável ao turismo. Essa questão ainda aberta, merece da autora além de considerações a demonstração dos cinco mecanismos necessários.

DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, UMA QUESTÃO ABERTA

Para o desenvolvimento sustentável do turismo os mecanismos em prática devem ser orientados pela adoção de medidas integradas, segundo o que se observa no campo de estudo do turismo e de acordo com Hall (1997). Não de forma excludente, partem de: sistemas de controle integrativos e cooperados; mecanismos de coordenação do setor; aumento da consciência do produtor, aumento da consciência do consumidor e pelo, não menos importante – planejamento estratégico, em substituição as abordagens convencionais de planejamento turístico.

Na realidade em questão – ParNa Iguazu, pouco ou nada se observa de qualquer um dos mecanismos. Compreendem os mesmos: sistemas integrativos com base na “distribuir os benefícios e custos do desenvolvimento turístico de forma mais justa (...) sem o incentivo de maiores benefícios mútuos, entretanto, a cooperação por si só não cria um comprometimento em relação ao desenvolvimento sustentável”. Em segundo, o desenvolvimento de mecanismos de coordenação do setor – “o apoio por parte de grupos do setor a códigos de desenvolvimento voluntários, códigos ambientais ou códigos e conduta, talvez indique possíveis rumos, se necessidades comuns puderem ser acordadas”. O aumento da consciência do consumidor (...) para que os consumidores desfrutem dos benefícios gerados por experiência de melhor qualidade, ao mesmo tempo em que minimizem os custos dessas experiências para as próprias ou outras comunidades, eles deverão ter uma idéia mais abalizada sobre os tipos de produtos e serviços turísticos (...) assim se quisermos desenvolver formas de turismo sustentável, será essencial elaborarmos formas mais sustentáveis para o produto turístico que é oferecido para o consumidor.

O mecanismo de aumento da consciência do produtor – que diz respeito segundo Hall e tem sido dado mais atenção a exigência da qualidade de diferentes segmentos de consumo do que as necessidades do fornecedor. Como comenta a própria autora essa abordagem é extremamente limitada visto que há uma clara necessidade de equilibrar a oferta e a demanda nas atividades turísticas. Se ocorreu, em algum momento a regulamentação ou autoregulamentação a esse respeito foi somente para reduzir a intervenção governamental sobre o assunto.

Quanto ao planejamento estratégico, este encerra a questão deixando evidente que somente com a participação da comunidade o processo de desenvolvimento do turismo será legalizado. Ou seja, de acordo com Gunn e Dowling apud Hall (pg. 61), o planejamento turístico estratégico em termos de destino é facilitado pelo maior envolvimento das comunidades hospedeiras no processo de tomada de decisão.

Da mesma forma que as orientações sobre o desenvolvimento sustentável servem de “radar” para os interessados sobre o tema, servem – em tempo, também de reconhecimento das formas inadequadas de somente promoção e divulgação, de como dizia Krippendorf “estardalhaço” gerando um efeito contraditório ao assunto.

Para concluir, há necessidade que documentos como o Código de Ética Mundial para o Turismo sejam levados a sério pelos setores envolvidos, em sua forma mais ampla e pragmática, e não somente como faz citar em seu preâmbulo “expressamos nossa vontade de promover um ordenamento turístico mundial eqüitativo, responsável e sustentável, em benefício mutuo de todos os setores da sociedade e uma volta da economia internacional aberta e liberalizada”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do contexto explorado, ou seja, o resgate de manifestações iniciadas a partir do estudo de Krippendorf, se encontrou uma oportunidade de aproximar com um modelo aplicado e promover uma breve análise crítica sobre o assunto ecoturismo e sua forma de utilização. Outro ponto que deve ser considerado como alerta neste artigo é a ocasião de aproximar demais documentos a exemplo do Código de Ética Mundial do Turismo e iniciar um processo de revisão, tanto teórico quanto conceitual em favor do Turismo, especialmente com os estudos demonstrados por Hall. Como questão chave deve permanecer o entendimento da complexidade do tema e da necessidade de ações que possam reduzir as diferenças entre o discurso e a prática e caminhem na construção de uma agenda comum. Como sabidamente é concluído no melhor parecer de Krippendorf.



Um assunto complexo como turismo não pode ser coberto adequadamente num curto artigo. Ao invés disso, os autores querem estimular o interesse na área e encorajar mais pesquisa sobre o assunto (...) o debate amplo entre as ONGs, na política e na indústria do turismo quanto a como o turismo deverá ser redesenhado segundo um modelo auto-sustentável em todos os níveis e como todos podem contribuir para isso.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

HALL, C. M. Planejamento Turístico: Política, Processos e Relacionamento, 1º ed. São Paulo, Contexto, 2001.

KRIPPENDORF, J. Sociologia do Turismo, 1º ed. São Paulo, Aleph, 2002.

KRIPPENDORF, Jost. Cartão Vermelho ao Turismo. Porto Alegre, p.01-07, Fórum Social Mundial, 2002.

Resolução A/56/212, que regulamenta o Código de Ética Mundial para o Turismo, Aprovado por Assembléia Geral da Organização Mundial do Turismo.